

MATERIAL NÃO LIVRO: UMA ABORDAGEM DA SUA PROBLEMÁTICA

por Laura Lemos.
Lúcia Veloso..
Margarida Paiva...
Maria da Graça Pericão..

RESUMO

A explosão do material não livro e a ausência de documentos sobre o seu tratamento em língua portuguesa conduz à necessidade de clarificação de algumas questões subjacentes à integração desses materiais nos fundos documentais.

Abordam-se problemas de natureza geral, quer quanto ao tipo de suportes documentais abrangidos, quer quanto à política de decisões a adoptar.

Analisa-se as dificuldades suscitadas pela catalogação nomeadamente no que se refere à definição de âmbito, determinação de pontos de acesso, fontes de informação e descrição bibliográfica e referem-se algumas contradições existentes nos documentos normativos existentes para o seu tratamento.

Enunciam-se as competências que o técnico de documentação deve reunir para organizar estes materiais e sugerem-se algumas pistas de trabalho a desenvolver nesta área.

SUMMARY

As the number of nonbook materials has increased enormously, and the inexistence of documents in Portuguese language about the way to treat them, it is necessary to clarify some questions concerning the integration of these materials in the documents fund.

This work aims to approach some of the aspects of the nonbook materials cataloguing and covers the following topics:

General problems concerning both the type of supporting documents involved and the adoption of a policy for cataloguing them.

Difficulties in cataloguing materials, such as: definition of scope; determination of access points, sources of information and bibliographic description.

Contradictions in normative documents regarding the treatment of those materials.

Skills required a librarian for the organization of nonbook materials and possible schemes to be developed in this area.

-
- Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro.
 - .. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
 - ... Escola Superior de Educação de Coimbra.

1. INTRODUÇÃO

Desde que o homem sentiu necessidade de comunicar aos seus semelhantes as sensações e os sentimentos que o animavam, serviu-se de uma linguagem forçosamente primária, associada ao gesto, à expressão corporal e aos sons; neste estágio, o homem era o único *medium* de comunicação sendo apenas possível uma comunicação interpessoal; com a utilização de uma linguagem de transposição como o desenho, a música e a escrita fonética, entrou-se numa segunda fase da história da comunicação que permitiu vencer a barreira do espaço e do tempo. O seu interlocutor, além de ser o homem que se encontra a seu lado, passou agora a ser também alguém em outro local. O diálogo transmitido através dos desenhos e signos nas paredes das cavernas — as primeiras bibliotecas que a humanidade conheceu! — são testemunho da comunicação de elite do homem pré-histórico e que mais tarde outros suportes (placas de argila, papiros e pergaminhos, etc.) veicularam⁽¹⁾.

Quando o homem descobre a imprensa, as suas possibilidades de comunicação multiplicaram-se pelo número de receptores da sua mensagem. Neste cenário Cloutier⁽²⁾ identificou o livro como o primeiro medium de massas de que a comunicação por satélite é, hoje em dia, uma forma mais sofisticada e ampliada.

Com a gravação de mensagens e sons permitida pelas novas tecnologias, entra-se na fase da comunicação individual, aquela que é acessível a todos, transformando o indivíduo em *self-media*. Deste modo, o sujeito torna-se participante activo num processo de auto-educação, difusor dos produtos elaborados que por sua vez irão enriquecer e aumentar cumulativamente a comunicação.

Como a imaginação do homem não conhece limites, decerto irá encontrando outros suportes para melhor atingir o mesmo objectivo — COMUNICAR. Neste contexto, o domínio de um código de leitura e escrita terá, nos dias de hoje, de ser complementado por uma aprendizagem da leitura da imagem e do registo dos novos suportes da comunicação.

Enquanto profissionais da documentação, interessa fazer a análise de algumas das questões que a explosão destes documentos coloca.

(1) (2) CLOUTIER, Jean — *A era do EMEREC ou a comunicação audio-scripto-visual na hora dos self-media*. Lisboa: Instituto de Tecnologia Educativa, 1978, p. 21, 33.

2. JUSTIFICAÇÃO, OBJECTIVOS E ÂMBITO DA COMUNICAÇÃO

O aparecimento do material não livro nas bibliotecas levou à necessidade, por um lado da criação de instrumentos de trabalho que permitissem uma aplicação coerente e uniforme dos princípios de tratamento técnico a esses novos suportes, por outro da sua organização e arrumação de modo a garantir o seu fácil acesso e conservação. Esta última preocupação envolverá conhecimentos técnicos acerca do "habitat" ideal dos diversos suportes, encarados como património a preservar⁽³⁾.

Em 1987 a IFLA publicou normas de descrição bibliográfica — ISBD(NBM) que pretendeu aplicar a estes materiais de maneira uniforme os princípios gerais já consignados na ISBD(G). Além destes documentos existem outros; contudo aqueles são os que maior utilização e divulgação têm entre nós.

A ausência de normas em língua portuguesa tem vindo a dificultar ainda mais a tarefa do tratamento técnico destes materiais, razão pela qual um grupo, inicialmente ligado ao SIIB/Centro na área de catalogação, entendeu ser oportuno o estudo das questões relacionadas com o material não livro, viabilizando a tradução da ISBD(NBM)⁽⁴⁾. No decurso da elaboração desse documento e posterior comparação com as AACR₂, verificaram-se algumas discrepâncias que pareceu útil assinalar.

Se a ISBD(NBM) se apresenta como um documento de apoio à descrição bibliográfica não pode, contudo, resolver os problemas que uma catalogação exige, como a determinação dos pontos de acesso e títulos uniformes e que a forma de apresentação das AACR₂ pelos diferentes tipos de suportes de material não livro veio confirmar.

A perplexidade que estas questões suscita, leva a que se entenda oportuna a enumeração de algumas dificuldades encontradas, salvaguardando-se, no entanto, o facto de não ser permitida, pela presença ainda incipiente destes materiais na maioria das bibliotecas, uma abordagem enriquecida pela experiência prática. Justifica-se, apesar disso, um contributo nesta área, pelas necessidades de apoio à organização destes materiais em bibliotecas não especializadas em material não livro.

A confirmação do crescimento destes materiais nas bibliotecas implica um conjunto de

(3) A protecção do património fílmico europeu, por exemplo, está a ser objecto do projecto comunitário "Lumière", integrado no Programa "Media".
"A Capital" 6 Fev., 1992, p. 26.

(4) FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS — ISBD(NBM): *Descrição Bibliográfica Internacional de Material Não Livro*. Edição revista. Coimbra: SIIB/Centro, 1990.

decisões relativas à sua gestão. Por outro lado, o perfil do técnico de documentação, embora exigindo competências básicas, implica algumas outras exigências que também se procuram apresentar.

O trabalho analisa algumas questões suscitadas pelos documentos que a ISBD(NBM) abrange, classificando-os em designações genéricas de material, excluindo, contudo, os materiais cartográficos, os ficheiros de computador e música.

3. POLÍTICA DE DECISÕES

Na maioria das bibliotecas o material não livro "infiltra-se" subrepticiamente nas gavetas, nos recantos das estantes, em caixas de papelão... A tarefa de o tratar de modo a torná-lo acessível vai sendo adiada até ao dia em que a necessidade de organizar uma exposição, um curso ou o pedido de um leitor apresenta esta tarefa como inadiável.

A decisão de adquirir este material pode ser condicionada também pela necessidade de otimizar os fundos bibliográficos já existentes.

Não será justificável que uma biblioteca que possua uma boa colecção de música manuscrita ou impressa adquira a mesma música em registo sonoro? Do mesmo modo, uma biblioteca detentora das partituras e da bibliografia passiva de um autor musical não poderá completar esta informação com a música gravada do mesmo autor? O fundo bibliográfico sobre a história da cidade existente numa biblioteca pública não poderá ser enriquecido pela presença de gravuras, postais, fotografias, filmes relativos à mesma temática?

Uma biblioteca de arte ou situada junto de uma escola de arte poderá ser solicitada a desenvolver a sua colecção de gravuras, filmes, projecções visuais e discos vídeo em detrimento dos registos sonoros.

Deste modo, a biblioteca começa a transformar-se em mediateca e o crescimento da colecção de material não livro será a consequência lógica do desenvolvimento equilibrado das fontes documentais.

Mas o crescimento da colecção de material não livro numa biblioteca deve, no entanto, obedecer, para além de critérios pragmáticos pelo investimento em tempo, pessoal e equipamento, a uma boa política de decisões que poderão facilitar a tarefa da sua organização ou, pelo contrário, torná-la a longo prazo incomportável.

A primeira questão a equacionar será a de saber que utilização irá ter este material.

Por isso a sua aquisição deve ser determinada de acordo com:

- necessidades e interesses do utilizador.
- tipo de biblioteca, sua dimensão, nível de especialização e respectivos conteúdos temáticos.
- disponibilidades orçamentais que permitam o investimento em equipamento necessário (leitores, projectores, vídeos, etc.), na sua manutenção e em pessoal especializado.

3.1 Organização da colecção

Depois de decidido o investimento na colecção de material não livro, necessário se torna decidir o processo da sua organização.

Esta organização deverá ter o mesmo nível de aprofundamento para todos os materiais da colecção? É óbvio que nem todos os materiais são igualmente importantes em qualidade e quantidade, podendo variar de acordo com as necessidades do utilizador ou o perfil e enquadramento da biblioteca.

Formas de Organização Simplificada

A existência de uma colecção de material não livro deve obedecer a um mínimo de organização que permita um rápido e fácil acesso ao item, pressupondo:

a) Arrumação

- por material, temas
- por temas, material

Ao arrumar o item deve ter-se o cuidado de colocar uma etiqueta de forma visível, pois, na maior parte das vezes a insuficiência de dados contidos nas etiquetas provenientes das editoras, aconselha a que se registem os dados considerados indispensáveis: título da obra, autor, editor e códigos locais, como por exemplo, a cota.

b) Catálogo

Se a solução anterior for insuficiente em relação às necessidades do serviço, poderá ser organizado um catálogo com uma descrição bibliográfica de primeiro nível sendo, neste caso, essencial a definição dos principais pontos de acesso a salvaguardar, de acordo com os interesses do serviço e os seus recursos. Note-se que o primeiro nível definido nas AACR₂ é limitativo para alguns tipos de suporte, pois que os pormenores físicos e dimensões, como

por exemplo, a velocidade de um disco ou as dimensões de um cartaz, não devem ser omitidos.

Organização mais aprofundada

Neste tipo de organização, o acesso à informação será feito por intermédio de um catálogo contendo a descrição bibliográfica completa do item; os pontos de acesso serão definidos de acordo com os tipos de materiais e níveis de tratamento técnico adoptados.

O tratamento a nível de colecção ou a nível do item individual dependerá da importância que este tiver em relação ao conjunto e ao interesse que representa para o tipo de biblioteca e para o perfil do utilizador. Além disso, a existência de um invólucro com um título colectivo também pode ser determinante no tratamento por colecção.

3.2 Pontos de acesso

A determinação dos principais pontos de acesso ao item é uma das tarefas fundamentais para o êxito da pesquisa. Seguem-se os procedimentos técnicos habituais nos documentos convencionais, pois a operação de análise de conteúdo para determinar os pontos de acesso por assunto ou por autor, é técnica comum a toda a documentação. De facto, entre a peça "Frei Luis de Sousa" e o filme do mesmo nome não existe uma diferença temática, mas de suporte e de autores.

No acesso ao documento a indicação do suporte físico da informação é útil, pois o utilizador deve ter conhecimento do suporte físico da obra que pretende.

Esta indicação pode ser feita de várias maneiras: introdução da designação genérica do material na zona 1, na classificação do item, como elemento qualificador ou ainda introduzindo na ficha do catálogo convencional uma marca colorida correspondente a cada uma das designações genéricas de material. Esta última solução, não sendo, contudo, aplicável a catálogos informatizados, poderá ser útil a pequenos acervos.

Sabe-se que é prática corrente nalgumas bibliotecas facultar a informação do suporte físico do documento como qualificador na indexação. Contudo, considera-se que esta indicação deverá ser dada na classificação e não na indexação.

Acesso por autor

Para o utilizador a entrada principal como ponto de acesso primordial à informação contida no item não é a mais comumente utilizada; esta mantém, no entanto, uma importante função na identificação de um autor e de uma obra de forma inequívoca. A atribuição de uma obra a um determinado autor deverá, por isso, obedecer a regras

universalmente aceites, independentemente de serem criados outros acessos por autores considerados, neste caso, secundários. A 5ª Sinfonia de Beethoven, deverá ser sempre atribuída a Beethoven, embora possa haver interesse em aceder à mesma sinfonia na interpretação de uma determinada orquestra dirigida por um determinado regente.

Outros acessos por autor, para além daqueles que figurem na descrição do item, poderão ser acrescentados de acordo com as exigências do serviço ou os interesses do utilizador, não esquecendo, no entanto, que esse número deverá estar condicionado à existência ou não de meios informáticos.

Acesso por assunto

À semelhança das obras habitualmente designadas por ficção, cujo acesso por assunto não se justifica, também se verifica esta situação nalguns tipos destes materiais. O mesmo não sucederá com os materiais criados com um objectivo prático de informação e de ensino. Para estes, o acesso por assunto é o mais frequentemente utilizado.

As informações complementares como nível de audiência, disponibilidade do item noutros suportes, tipo e características do equipamento necessário à leitura e elaboração de pequenos sumários de conteúdo para itens que exigem equipamento especial, são algumas informações que, embora não sendo enquadradas no acesso por assuntos, deverão ser contempladas. Por exemplo, um registo vídeo sobre "Educação sexual", poderá ser completamente inadequado para determinado nível etário.

3.3 Colecção integrada

A integração do material não livro no catálogo dos documentos convencionais deverá depender das características dos fundos bibliográficos e da dimensão dos mesmos.

Para a maioria das bibliotecas portuguesas em que as colecções de audiovisuais representam uma pequena parte do seu fundo documental, a solução do catálogo integrado oferece a desvantagem de tornar a pesquisa por suporte mais demorada.

Hoje, as soluções trazidas pela informatização dos acervos documentais, apontam contudo para a solução de catálogos integrados. A defesa da inclusão da designação genérica de material tanto na ISBD(NBM), como nas AACR₂, ao basear-se na possibilidade de indicar ao leitor o suporte de informação, tipo de equipamento necessário e variedade de suportes existentes da obra, tem em mente a solução de catálogos integrados.

A arrumação integrada dos documentos convencionais e materiais não livro em estantes

classificadas apresenta grandes dificuldades, não só pela diversidade de características dos itens como pela existência de maior disponibilidade de espaço. Esta exige, por outro lado, um acondicionamento dos itens em caixas facilmente manuseáveis e de dimensões mais uniformes. Os seus invólucros, sendo por vezes insuficientes para assegurar a protecção e suportar uma etiqueta, dificultam também uma arrumação conjunta com outros documentos. A solução ideal seria a utilização de caixas especiais para o efeito.

Soluções, como intercalação de "fantasmas", através do recurso a caixas ou a utilização dos invólucros, são adoptadas com frequência para substituir os itens cujas dimensões ou técnicas de conservação exigem um acondicionamento especial.

4 QUESTÕES POLÉMICAS NA CATALOGAÇÃO

4.1 Critérios de classificação de suportes

As regras para a catalogação do material não livro suscitam alguns problemas que serão analisados genericamente.

Apesar do manifesto interesse que teria uma abordagem mais aprofundada do tema, achou-se oportuno efectuar, por agora, um levantamento das questões mais polémicas e controversas numa perspectiva comparativa entre alguns pontos das AACR₂ e da ISBD(NBM).

Verifica-se que as diversas categorias de material não livro agrupadas em designações genéricas têm em comum características como formato físico ou conteúdo intelectual.

As AACR₂ englobam, por isso, os vários tipos de material não livro nos seguintes capítulos:

Materiais cartográficos — cap. 3

Música — cap. 5

Registos sonoros — cap. 6

Filmes e Registos vídeo — cap. 7

Materiais gráficos — cap. 8

Produtos de computador — cap. 9

Artefactos a três dimensões — cap. 10

Microformas — cap. 11

A ISBD(NBM) considera como designações genéricas de material as seguintes: (veja anexo 1)

Filme
Holograma
Material gráfico
Microforma
Multimedia
Objecto
 projecção visual
Registo sonoro
Registo vídeo

Materiais cartográficos, Música e Produtos de computador possuem descrições bibliográficas internacionais normalizadas, respectivamente ISBD(CM), ISBD(PM) e ISBD(CF).

Em relação aos restantes tipos de material constata-se a existência de um certo desajustamento na terminologia utilizada nas designações genéricas e específicas pelas AACR₂ e ISBD(NBM) (veja anexos 1 e 2).

De facto, as AACR₂ não contemplam Holograma e projecção visual nas designações genéricas de material. Contudo, as designações específicas do último tipo de documentos encontram-se nas AACR₂ no Cap. de Materiais gráficos.

Os documentos tridimensionais classificados na ISBD(NBM) como designação genérica Objecto, são definidos como Artefactos a três dimensões e "Realia" nas AACR₂. Esta categoria tem aqui um âmbito mais abrangente, visto englobar obras de arte. A ISBD(NBM) não analisa o original de arte⁽⁵⁾. As AACR₂ inserem-no na designação genérica Materiais gráficos se for bidimensional, ou Artefactos a três dimensões e "Realia" caso seja tridimensional.

Os Filmes, os Registos vídeo, isto é, os itens que registam imagens visuais em movimento, são classificados pelas AACR₂ numa única designação genérica enquanto a ISBD(NBM) os trata como designações genéricas independentes.

As AACR₂ apresentam duas listas separadas de designações⁽⁶⁾, correspondendo a primeira às designações utilizadas pelas agências de catalogação britânicas e a segunda à lista utilizada pelas agências americanas, australianas e canadianas. A lista inglesa contém menos

(5) A ISBD(NBM) considera no seu âmbito: "... documentos publicados em cópias múltiplas; deste modo exclui trabalhos originais de arte...", Federação Internacional das Associações de Bibliotecários — *ISBD(NBM)* ... p.11.

(6) *Anglo-American Cataloguing Rules*. 2nd ed. 1988 revision, p. 20, regra 1.1C.

termos e usa categorias genéricas para agrupar alguns formatos mais específicos, enumerados separadamente pela lista norte-americana. O termo "gráfico" referenciado pelos ingleses é especificado pelos americanos por transparência, diapositivo, gravura, etc.

4.1.1 Designação genérica de material (DGM): divergências quanto à sua existência e localização

A controvérsia sobre a justificação da designação genérica de material na descrição bibliográfica conduziu a British Library à decisão de abolir esse elemento, por entender que a sua função ficava assegurada na zona de descrição física.

O código LA/NCET⁽⁷⁾ defende posição idêntica e, por isso, anula a descrição genérica, limitando-se às designações específicas apresentadas na zona 5.

No entanto, a ISBD(NBM) e as AACR₂ defendem a utilização da designação genérica, estando, no entanto, em desacordo no que se refere à sua localização na zona 1.

As AACR₂ colocam a designação genérica de material (regra 1.1.G3):

- a seguir à última indicação de responsabilidade nos itens sem título próprio e que contém várias obras de autores diferentes;
- após o último e a preceder a indicação de responsabilidade nos itens sem título próprio e que apresentem várias obras do mesmo autor.

Nos restantes casos colocam-na imediatamente a seguir ao título próprio (regra 1.1.C2). Em catálogos integrados a função que a designação genérica de material desempenha é a de indicar de forma imediata o suporte em que o item é apresentado. O facto de esta ser relegada para duas ou três linhas após o início do título dificulta essa informação, esbatendo-a na descrição bibliográfica.

A ISBD(NBM) determina a colocação da designação genérica de material sempre a seguir ao título próprio.

Apesar de existirem argumentos válidos a favor da localização da designação genérica de material defendida pela ISBD(NBM), alguns autores consideram que essa colocação vem interromper a interpretação lógica do título.

(7) Library Association / National Council for Educational Technology. In FOTHERGILL, Richard; BUCHART, Ian - *Non-Book Materials in Libraries: a practical guide*. 2nd ed. London: Clive Bingley, 1984, p. 205-206.

4.1.2 Material predominante, multimedia e item composto

No caso de itens constituídos por mais do que um tipo de suporte físico terá que decidir-se qual o tipo de material predominante e qual o acompanhante, não esquecendo nunca a necessidade de uma análise caso a caso.

Materiais compostos por dois ou mais meios diferentes ou duas ou mais formas diferentes do mesmo meio sem que nenhum seja de primordial importância e que em geral se destinam a ser usados como um todo unitário, consideram-se Multimedia ou "Kit". Enquanto os ingleses lhes atribuem a primeira designação, os americanos dão preferência à segunda.

As AACR₂, apesar de atribuírem aos Multimedia uma unidade, não os integram em capítulo independente e tratam-nos na secção 1.10 "Itens constituídos por vários tipos de material" e o termo "Kit" é referenciado na designação genérica de material.

Torna-se importante o reconhecimento da diferença entre multimedia e itens compostos. De facto, parece poder concluir-se que os factores determinantes na classificação de um item composto são, por um lado a inexistência de um título colectivo e por outro a interdependência das partes do item⁽⁸⁾.

4.2 Fontes de informação

O código norte americano baseia-se no princípio de que todos os documentos devem possuir um local de onde a fonte principal de informação é transcrita — a página de título.

Se para as publicações impressas esta questão não suscita dúvidas, o mesmo não sucede com o material não livro, pela inexistência de página de título ou de fonte de informação equivalente.

As AACR₂ e a ISBD(NBM) fundamentam a noção de página de título em dois critérios:

- localização da fonte de informação
- presença de maior número de elementos informativos

Estes dois princípios não se aplicam ao material não livro, resultando por isso a necessidade de conjugação dos dois conceitos:

- fonte de informação associada ao item de forma permanente (caso das etiquetas dos registos sonoros)

(8) FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS - ISBD(NBM), p. 38, regra 1.2.5.2.

— fonte que apresente maior número de informação que melhor identifique o item (caso dos invólucros).

De facto, sempre que a informação de uma etiqueta num registo sonoro for incompleta, deve recorrer-se ao invólucro que, na generalidade dos casos, é a segunda fonte de informação. Nos diapositivos e filmes a fonte de informação prescrita é o próprio item, sendo, em alternativa, a fonte de informação preferida o invólucro para os primeiros e o material acompanhante para os segundos.

Daqui resulta a necessidade de se apresentar uma ordem preferencial de fontes de acordo com os princípios enunciados — fontes prescritas de informação.

Outra questão que, por vezes, se coloca é o acesso a estas fontes de informação que depende em muitos casos de equipamento adequado.

Conclui-se que, apesar de se dar prioridade ao critério da localização dos elementos, ter que conjugar-se esse critério com a categoria específica do documento, de modo a obter-se uma informação clara e inequívoca.

4.3 Problemas relativos à determinação da responsabilidade intelectual ou artística

Ao analisar as funções de responsabilidade e participação no conteúdo artístico e intelectual de material não livro, quer estas digam respeito a pessoas físicas, quer a colectividades, verifica-se a necessidade de ampliar o conceito normalmente aplicado ao livro impresso. Neste ponto, as AACR₂ e a ISBD(NBM) concordam que, além do responsável pelo conteúdo intelectual e artístico de uma obra, haverá que considerar também os responsáveis pela sua realização (incluindo interpretação).

A criatividade subjacente à elaboração de uma obra é, sem sombra de dúvida, um factor preponderante na determinação da responsabilidade deste tipo de documentos.

A insuficiência, ou mesmo a ausência de informação contida na maioria destes materiais, acrescida da multiplicidade de funções criativas que intervêm na produção de um trabalho (caso dos filmes e registos sonoros) tornam a determinação de responsabilidade por vezes extremamente complexa e difusa.

A transcrição das indicações de responsabilidade depende, neste caso, não só da participação no conteúdo e realização da obra, mas também do tipo específico do item em

causa.

No caso dos filmes, por exemplo, o realizador, a companhia produtora e o director, tendo responsabilidade específica na produção, deverão figurar na indicação de responsabilidade; o animador, ao desempenhar um papel menor, será relegado para a zona de notas; no entanto, em filmes de animação em que aquele apresenta um papel importante na realização, deverá figurar na indicação de responsabilidade. Os actores, segundo o código de catalogação americano, só serão registados como indicação de responsabilidade no caso de terem participado no trabalho de produção, caso contrário serão registados em nota.

Nos registos sonoros o executante e intérprete de uma obra musical são considerados autores quando os seus desempenhos tiverem uma improvisação com arranjos próprios. Se a sua função se limitar à execução, como acontece na interpretação de música clássica, o executante será apresentado em nota.

4.4 Particularidades da descrição bibliográfica

Focam-se em seguida, de forma genérica, algumas situações peculiares da descrição bibliográfica, nomeadamente editor, data, descrição física e notas.

As funções de editor no material não livro poderão ser desempenhadas pelo editor, distribuidor, produtor e companhia produtora. O conceito de editor é mais abrangente, incluindo diversas funções e actividades inerentes aos que participam na produção e distribuição. Por vezes os produtores de filmes detêm, não só a responsabilidade relativa ao conteúdo intelectual da obra, como a sua distribuição exclusiva. Se o item apresentar diversos distribuidores ou se a sua distribuição for livre, não será incluído qualquer nome de distribuidor.

O nome da etiqueta dos registos sonoros é considerado como nome de editor ou companhia produtora, se aparecer na fonte prescrita de informação isoladamente. Se se apresentar, na mesma fonte, acompanhado do nome do editor ou companhia produtora, o nome da etiqueta não será considerado na zona 4⁽⁹⁾.

Nos itens originais, contemplados apenas pelas AACR₂, somente se regista na zona 4 o elemento data (data de criação).

Nos registos sonoros, quando não existir data de publicação ou distribuição, deverá ser mencionada data de fonograma (data de copyright dos registos sonoros).

(9) Cf.: Federação Internacional das Associações de Bibliotecários - *ISBD(NBM)*, p. 64, regra 4.2.9.2.

A zona da descrição física apresenta características relativamente à pormenorização de elementos descritivos de maior relevância que nos documentos tradicionais. Nela se inclui a designação específica do item, as características técnicas de cada suporte no que diz respeito à sua extensão, processos de gravação, redução da imagem, velocidade, presença de cor e som, etc. Esta zona é fundamental para o conhecimento das características do item que podem clarificar o utilizador relativamente à sua utilidade sem ter que o manusear.

As notas apresentam uma importância significativa por incluírem elementos particulares que não figuram noutra parte da descrição. Estas são fundamentais para a informação acerca do uso a dar ao item, como por exemplo, as indicações sobre o código de audiência, a disponibilidade do item noutros suportes e o equipamento necessário à sua utilização. A inclusão de um sumário do conteúdo do item constitui também uma das funções atribuídas a esta zona, sendo essencial no caso dos itens que exijam para a leitura dum equipamento especial.

As zonas de descrição física e de notas devem ser apropriadas ao tipo de registo e a sua importância e inclusão varia conforme a biblioteca a que se destina o item.

5. BIBLIOTECÁRIO DE DOCUMENTAÇÃO CONVENCIONAL/VERSUS BIBLIOTECÁRIO DE MATERIAL NÃO LIVRO

A diversificação dos suportes de informação conduz à necessidade de uma análise/reflexão sobre as competências desejáveis do técnico da documentação, com vista a melhor compreender e situar o seu papel enquanto profissional da informação numa sociedade condicionada pelo *audio-scripto-visual*.

Situamo-nos entre os que, como Gerald Collier do Council of Educational Technology, reconhecem que a função da informação diz respeito a uma equipa diversificada de profissionais nas áreas de Biblioteca e Arquivo, especialistas dos media, pessoal informático, etc. Demarcações rígidas entre o espaço profissional desses técnicos conduzirão inevitavelmente a níveis de gestão mais dispendiosos e de eficiência mais duvidosa.

Os defensores de técnicos especializados em documentação audio-visual fundamentam as suas posições, por um lado, no desconhecimento e inexistência ou número pouco significativo desses materiais nas bibliotecas, por outro, na necessidade de um conhecimento profundo do equipamento e do seu funcionamento. Centram as suas atenções na coerência dos suportes, mostrando uma certa indiferença pela compreensão da análise do seu conteúdo em paralelo com a documentação convencional.

A in experiência de trabalho que apontam aos técnicos de documentação nestas áreas, consequência daquilo a que alguns autores chamaram "Book Fund First Syndrome" (Fothergill e Butchart, 1984, p. 43), está hoje a sofrer grandes modificações, conforme já houve ocasião de referir. Hoje ninguém poderá negar a importância da participação do técnico de documentação em debates sobre a implementação das novas tecnologias e o seu papel na vulgarização e rentabilização dos novos suportes documentais, por forma a que todos os membros de uma comunidade acedam a essas novas fontes de informação.

Por outro lado, paralelamente ao saber utilizar e elaborar correctamente uma transparência, um cartaz, um diapositivo, necessário se torna possuir conhecimentos mais complexos no âmbito dos programas que as novas tecnologias exigem, de modo a que a missão proposta seja efectivamente cumprida e as fontes de informação utilizadas com a maior rentabilidade e eficácia.

Uma melhor sensibilização ao tipo de tratamento de que estes materiais necessitam, um melhor conhecimento sobre as políticas de aquisição e resposta às necessidades dos utilizadores desses media, não determinam, quanto a nós, a escolha de um técnico com especializações sofisticadas, mas apenas a selecção de um especialista da documentação mais vocacionado para o tratamento destes materiais.

Competências do técnico de documentação MNL

A resposta aos objectivos assinalados exigirá, contudo, o domínio de certas competências que se passam de seguida a enunciar e analisar:

- competências técnicas;
- conhecimento das fontes bibliográficas;
- diálogo técnico/utilizador;
- receptividade ao desenvolvimento tecnológico;
- difusão do trabalho junto dos técnicos.

Competências técnicas

Entende-se, no primeiro sector de competências, por um lado, o conhecimento dos códigos de catalogação e normas de descrição internacional, por outro, a aplicação dos princípios de indexação e sistemas de classificação utilizados para a documentação convencional.

Entende-se, ainda nesse âmbito, a necessidade da aquisição de conhecimentos sobre o funcionamento dos equipamentos necessários à leitura dos diferentes suportes encarando

contudo a máquina como um veículo facilitador e nunca causador de inquietações e angústias! Desdramatizar esse aspecto, acabar com a ideia de caixas mágicas apenas acessíveis a uma elite, será uma das funções a não esquecer no papel que se reivindica.

Contudo, a descodificação necessária ao binómio utilizador/equipamento exigirá, por parte do técnico da documentação, um relacionamento firme e seguro com o material de que dispõe, cabendo aos técnicos do audiovisual e da informática a responsabilidade por conhecimentos mais profundos no que respeita aos equipamentos e à sua manutenção.

Competências bibliográficas

O conhecimento das principais fontes bibliográficas e obras de referência no campo do material não livro será outro aspecto a não esquecer.

Existem entre nós escassas fontes, pelo que se torna urgente colmatar essas lacunas através do conhecimento e inventariação de documentos de referência credíveis, quer a nível nacional, quer internacional. (Directórios, Bases de dados audio-visuais, CD-ROM, Catálogos Colectivos, etc.).

Diálogo técnico/utilizador

Esse diálogo poderá traduzir-se, por facilidade metodológica, nas seguintes etapas:

- boa formulação e análise das necessidades
"o que se pretende?"
- boa identificação das fontes
"onde encontrar?"
- interrogação correcta das fontes
"como utilizar?"
- forma de obtenção desses recursos
"como obter?"
- selecção dos recursos
"o que utilizar?"
- recuperação e registo da informação
"o que deve ser registado?"
- forma de apresentação
"como apresentar os resultados?"
- avaliação dos resultados
"o que foi conseguido?"

Evidente se torna que as etapas apontadas são comuns a qualquer tipo de pesquisa, independentemente do suporte documental.

Por outro lado, a familiarização do utilizador com os diferentes equipamentos e o seu manuseio será facilitadora de uma boa utilização, tanto do ponto de vista da eficácia da pesquisa, como da economia dos recursos humanos. Poderá ainda traduzir-se numa economia

de verbas no que respeita à manutenção de material, cujos danos muitas vezes são ocasionados por deficiências ou inépcias na utilização, provocando interferências na organização e gestão dos serviços.

O modo de realização de uma transparência ou de um diapositivo, a forma de arrumação de um cartaz, o conhecimento do funcionamento de um programa de pesquisa, a ajuda na compreensão dos problemas de compatibilidade e no destino a dar ao material não livro relativamente a utilizações individuais ou em grupo, são algumas das vertentes que deverão preocupar o técnico da documentação. A título de exemplo, refira-se que não se poderá ignorar que o material a utilizar numa sala de aula para ensino em grupo terá de ser necessariamente diferente do utilizado em situações de ensino individual. A aceitação desse pressuposto aconselha o conhecimento da metodologia actual de ensino através da aquisição de saberes nos domínios do Desenvolvimento do Currículo, Tecnologia Educativa, Técnicas Pedagógicas, etc.

A formação de que vimos falando beneficiará o bibliotecário ligado a grupos discentes e/ou docentes permitindo uma interacção de trabalho sempre orientada no binómio ensino/aprendizagem. Permitir-lhe-á ainda a aquisição de capacidades traduzidas numa melhor identificação do conteúdo do próprio material, uma melhor definição dos seus objectivos, conteúdos e métodos de aprendizagem, melhor conhecimento do tipo de público a que se destinam, etc., aspectos esses muitas vezes relegados para planos secundários pelas casas editoras.

Ao bibliotecário cada vez menos se solicita que desempenhe o papel de "guarda" das colecções, para cada vez mais se desejar que funcione como agente transmissor da informação.

A biblioteca transformar-se-á, deste modo, em instituição educativa, veículo de comunicação e agente dinâmico de cultura.

Receptividade ao desenvolvimento tecnológico

Em face da exploração das novas técnicas e suportes de informação é condição essencial que a biblioteca esteja imbuída de espírito aberto e inovador, apta a reconhecer e avaliar os benefícios decorrentes da implementação desses documentos materializados em suportes novos.

Poder-se-á, deste modo, contribuir para a destruição da representação social da biblioteca como cenário estanque, povoado de protagonistas resistentes à mudança, incapazes de manipularem os novos suportes e reconhecerem as suas vantagens.

A realidade das bibliotecas portuguesas tem vindo nos últimos anos a sofrer modificações, traduzidas na automatização dos seus fundos a partir do projecto de Catálogo Colectivo Nacional desencadeado pela Biblioteca Nacional de Lisboa, pela aquisição de novos suportes magnéticos, pelo desenvolvimento das mediatecas escolares, a criação de Centros de Recursos, etc.

A BAD, como Associação Profissional consciente do desafio que a todos envolve, tem também procurado fomentar acções de sensibilização ao Material Não Livro, quer através da realização de cursos de reciclagem, quer através da criação de um Grupo de Trabalho a nível nacional.

Preocupações do mesmo teor têm levado alguns colegas a debruçar-se sobre a análise de problemas ligados ao tratamento desses materiais. A confirmar esta afirmação, lembremos a tradução para português do documento da IFLA ISBD(NBM) e o estudo em curso pela colega Fernanda Campos da aplicação do formato UNIMARC a este tipo de suportes documentais. Estes são alguns dos trabalhos, entre outros, que atestam a urgência de um reforço de atenção à problemática do material não livro.

Difusão do trabalho

Como última competência que se entende não dever esquecer, aponta-se a responsabilidade na difusão dos conhecimentos e práticas adquiridas junto dos profissionais de documentação. Desde já se impõe a desdramatização do tratamento do material não livro, pondo fim ao tempo das ansiedades e angústias, ao tempo dos materiais relegados para fundos de gavetas esquecidas ou de difícil acesso! A era do *audio-scripto-visual* chegou e por isso é tempo de arregañar as mangas e contrariar o síndrome de que Fothergill e Butchart falavam através da constituição de fundos documentais ricos, actualizados e diversificados em suportes.

6. SUGESTÕES DE TRABALHO

Para lá de algumas sugestões que foram sendo apontadas ao longo do trabalho, útil e urgente seria a publicação do 2º volume das RPC.

Igualmente útil se nos afigura a publicação de documentos tais como:

- NP 405-MNL;
- inventário de serviços ricos em material não livro;
- levantamento de obras de referência nesta área;

— elaboração de catálogos parcelares e colectivos.

Jean Cloutier⁽¹⁰⁾ definiu a Comunicação como um fenómeno global de múltiplas funções e caracterizou os objectivos e motivações do emissor e receptor pelas quatro vertentes: informar, educar, animar, distrair, atribuindo aos media uma função de "Escola Paralela". As quatro vertentes apontadas resumem os objectivos que a documentação pretende atingir, constatando-se que não se poderá agir como espectador passivo de uma mudança, mas antes, como agente activo dessa transformação.

(10) Cloutier — A Era de EMEREC ..., p. 47.

BIBLIOGRAFIA

Anglo-American Cataloguing Rules. 2nd ed., 1988 revision. Ottawa: Canadian Library Association; London: Library Association; Chicago: American Library Association, cop. 1988.

CLOUTIER, Jean — A Era de EMEREC ou a Comunicação Audio-Scripto-Visual na Hora dos Self-media. Lisboa: Instituto de Tecnologia Educativa, [DL 1979].

DAILY, Jay E. — Organizing Nonprint Materials. 2th edition. New York: Marcel Dekker, 1986.

ISBN 0-8247-7504-X

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS — ISBD(NBM): Descrição Bibliográfica Internacional de Material Não Livro. Edição revista. Coimbra: Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Zona Centro, 1990.

FOTHERGILL, Richard; BUTCHART, Ian — Non-book Materials in Libraries: a practical guide. 2th edition. London: Cline Bingley, 1984.

ISBN 0-85157-345-2

FROST, Carolyn O. — Media Access and Organization: a cataloguing and reference sources guide for non-book materials. Englewood, Co: Libraries Unlimited, 1989.

ISBN 0-87287-583-0

HOFFMANN, Frank — The Development of Library Collections of Sound Recordings. New York: Marcel Dekker, 1979.

ISBN 0-8247-6858-2

Non Book Media: collection management and user services. Editors Jonh Ellison; Patricia Ann Coty. Chicago; London: American Library Association, 1987.

ISBN 0-8398-0479-3

PIGGOT, Mary — The Cataloguer's Way through AACR₂: from document receipt to document retrieval. London: The Library Association, 1991, reprint.

ISBN 0-85365-768-8

Policy and Practice in Bibliographic Control of Nonbook Media. Edited by Sheila intner and Richard Smiraglia. Chicago: American Library Association, 1987.

ISBN 0-8389-4068-8

SMITHER, Roger; PENN, David — Film Cataloguing and Book. London: Imperial War Museum, 1976.

TILLIN, Alma M.; QUINLY, William J. — Standards for Cataloguing Nonprint Materials: an interpretation and pratical application. 4th edition. Washington, DC: Association for Educational Communications and Technology, 1976.

ISBN 0-89240-000-5

WEIHS, Jean — Accessible Storage of Non Book Materials. [S.I.]: Oryx Press, 1984.

ISBN 0-89774-084-X

WEIHS, Jean; LEWIS, Shirley — Non Book Materials: the organization of integrated collections. 8th edition. Ottawa: Canadian Library Association, 1989.

ISBN 0-88802-240-9

ANEXO 1

ESQUEMA COMPARATIVO ENTRE A ISBD (NBM) E AS AACR2 DESIGNAÇÃO GENÉRICA DE MATERIAL (DGM)

ISBD (NBM)	AACR ₂
Filme	
Extensão de filme, com ou sem fita sonora, magnética ou óptica que contém uma sequência de imagens que criam a ilusão de movimento, quando projectadas em sucessão rápida.	Definição idêntica. Incluem Filmes e Registos Vídeio num só capítulo enquanto a ISBD(NBM) coloca os Registos Vídeio numa designação genérica separada.
Holograma	
Imagem tridimensional produzida por um processo baseado no princípio de interferência da luz.	Não menciona
Material gráfico	
Uma imagem bidimensional ou conjunto de imagens bidimensionais, produzida na sua forma original pela técnica do desenho, da pintura ou fotografia geralmente visível a olho nú, embora, no caso dos estereógrafos, só possam ser vistos com equipamento especial.	Representação bidimensional, quer opaca (por ex. originais de arte e reproduções, cartões de informação rápida, fotografias, desenhos técnicos) quer destinada a ser vista ou projectada sem movimento, através de um processo óptico (por ex., diafilmes, estereógrafos, diapositivos, radiografias, transparências. A ISBD(NBM) inclui estes últimos nas Projecções visuais.
Microforma	
Registo micro de texto ou outro material visual (o termo microforma deve ser reservado para registos micro que exigem equipamento de leitura especializado).	Termo genérico utilizado para qualquer suporte, transparente ou opaco, contendo microimagens. Inclui todas as microformas desde microfilmes, microfichas, microopacos e cartões-janela.
Multimedia ou kit	
Material composto por dois ou mais meios diferentes ou duas ou mais formas diferentes do mesmo meio, dos quais nenhum é considerado de primordial importância e que, em geral, se destinam a ser usados como um todo unitário.	Item contendo duas ou mais categorias de material, nenhuma delas sendo identificável como predominante do item; também se designa por kit. Este é definido do mesmo modo, mas acrescenta-se a esta designação o conjunto de material textual (por ex. kit de laboratório ou conjunto de cartões de actividades) ⁽¹⁾ .

ISBD (NBM)	AACR ₂
Objecto	
Artefacto de três dimensões. O termo pode ser usado para designar um objecto ou um conjunto de partes separadas (cf. Multimedia).	Artefacto de três dimensões (réplica de artefacto) e Realia (objecto real) como oposição a uma réplica. As AACR ₂ incluem todo o tipo de objectos tridimensionais tais como: modelos, dioramas, jogos ⁽²⁾ (incluindo puzzles e simulações), cassetes em braille, esculturas e outras obras de arte tridimensionais (exposições), máquinas, peças de vestuário e preparações para microscópio ⁽³⁾ .
Projectão visual	
Imagem bidimensional (ou conjunto de imagens bidimensionais) produzida na sua forma original por técnicas como o desenho, a pintura ou a fotografia e que implica a utilização de projector, visor ou microscópio.	Não menciona
Registo sonoro	
Registo de som sem acompanhamento de imagens visuais.	Um registo no qual foram gravadas vibrações sonoras por processo eléctrico ou mecânico de forma a poder ser reproduzido o som.
Registo vídeo	
Registo de imagens visuais geralmente em movimento e com acompanhamento sonoro destinado a ser projectado através da televisão.	Inclui os Registos vídeo na designação genérica dos filmes, definindo-os como registos nos quais as imagens estão habitualmente em movimento, acompanhadas por som; designado por <i>playback</i> , por exemplo, numa série televisiva.

(1) As AACR₂ não apresentam um capítulo separado para a designação Multimedia mas tratam este material na secção 1.10.

(2) A ISBD(NBM) inclui este material em Multimedia.

(3) A ISBD(NBM) inclui este material em Projectão visual.

ANEXO 2

ESQUEMA COMPARATIVO ENTRE A ISBD (NBM) E AS AACR₂
 DESIGNAÇÕES ESPECÍFICAS DE MATERIAL: Diferenças na inclusão
 de algumas designações específicas na Designação Genérica de Material

DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA ISBD (NBM) e AACR ₂	DESIGNAÇÃO GENÉRICA (DGM)	
	ISBD (NBM)	AACR ₂ ⁽¹⁾
Album seriado	Material gráfico	Material gráfico
Banda sonora de filme		Registos sonoros
Bobine sonora	Registo sonoro	Registos sonoros
Bobine vídeo	Registo vídeo	Filmes e Registos vídeo ⁽²⁾
Cartão estereográfico	Material gráfico	Material gráfico
Cartão de informação rápida	Material gráfico	Material gráfico
Cartão janela	Microforma	Microforma
Cartaz	Material gráfico	Material gráfico
Cartucho sonoro	Registo sonoro	Registos sonoros
Cartucho vídeo	Registo vídeo	Filmes e Registos vídeo ⁽²⁾
Cassete braille		Artefactos a três dimensões e Realia
Cassete sonora	Registo sonoro	Registos sonoros
Cassete vídeo	Registo vídeo	Filmes e Registos vídeo ⁽²⁾
Chapa holográfica	Holograma	
Conjunto de laboratório	Multimedia	Kit
Desenho técnico	Material gráfico	Material gráfico
Diafilme	Projecção visual	Material gráfico
Diapositivo	Projecção visual	Material gráfico
Diorama	Objecto	Artefactos a três dimensões e Realia
Disco sonoro	Registo sonoro	Registos sonoros
Disco vídeo	Registo vídeo	Filmes e Registos vídeo ⁽²⁾

DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA ISBD (NBM) e AACR ₂	DESIGNAÇÃO GENÉRICA (DGM)	
	ISBD (NBM)	AACR ₂
Filme em bobine	Filme	Filmes e Registos vídeo ⁽²⁾
Filme em cartucho	Filme	Filmes e Registos vídeo ⁽²⁾
Filme em cassete	Filme	Filmes e Registos vídeo ⁽²⁾
Filme holográfico	Holograma	
Filmeloop	Filme	Filmes e Registos vídeo ⁽²⁾
Fotografia	Material gráfico	Material gráfico
Gravura	Material gráfico	Material gráfico
Ilustração	Material gráfico	Material gráfico
Ilustração didáctica	Material gráfico	Material gráfico
Jogo	Multimedia	Artefactos a três dimensões e Realia
Manequim		Artefactos a três dimensões e Realia
Microficha	Microforma	Microforma
Microfilme	Microforma	Microforma
Microfilme em bobine	Microforma	Microforma
Microfilme em cartucho	Microforma	Microforma
Microfilme em cassete	Microforma	Microforma
Microfilme em tira	Microforma	Microforma
Microopaco		Microforma
Modelo	Objecto	Artefactos a três dimensões e Realia
Exposição (mostra)		Artefactos a três dimensões e Realia
Original de arte		Artefactos a três dimensões e Realia
		Material gráfico
Planetário	Objecto	

DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA ISBD (NBM) e AACR2	DESIGNAÇÃO GENÉRICA (DGM)	
	ISBD (NBM)	AACR2
Postal ilustrado	Material gráfico	Material gráfico
Preparações para microscópio	Projecção visual	Artefactos a três dimensões e Realia
Puzzle (3)	Material gráfico	
		Artefactos a três dimensões e Realia
Quadro		Material gráfico
Quadro didáctico	Material gráfico	Material gráfico
Radiografia		Material gráfico
Reprodução de arte	Material gráfico	Artefactos a três dimensões e Realia
		Material gráfico
Tira de filme	Projecção visual	Material gráfico
Transparência	Projecção visual	Material gráfico

(1) Nas revisões das AACR2 surgiram especificações a nível da designação genérica de material como táctil, braille e impressão ampliada "large print".

(2) A ISBD(NBM) contempla os Filmes e Registos vídeo em designações genéricas separadas.

(3) Esta designação é considerada, segundo a ISBD(NBM) como material gráfico, partindo do pressuposto de que se trata de um item bidimensional. As AACR2, partindo do pressuposto contrário (objecto tridimensional) incluem-na nos Artefactos a três dimensões e Realia. Parece-nos, todavia, que a inclusão numa ou noutra designação genérica dependerá apenas das dimensões do item.

ANEXO 3

FONTES DE REFERÊNCIA INTERNACIONAIS DE MATERIAL NÃO LIVRO

1. CATÁLOGOS E BASES DE DADOS

O controle bibliográfico da produção nacional de publicações de cada país feito através das Bibliografias Nacionais em relação aos documentos impressos não existe no que diz respeito ao material não livro. A informação relativa a estes materiais depende da divulgação dos próprios produtores. Há no entanto alguns catálogos e bases de dados que permitem obter informação completa acerca de alguns materiais:

- *British Catalogue of Audiovisual Materials* publicado em 1979 e com um suplemento de 1980. No entanto, exclui filmes de 16 mm, registos video e registos sonoros e é dependente da colecção existente na ILEA Central Library Resources Services.
- *British National Film Catalogue (BNFC)*

2. CENTROS INTERNACIONAIS

A identificação do material disponível para compra e a subsequente aquisição supõe que sejam conhecidos os grandes centros produtores de material não livro que ofereçam garantia de qualidade e forneçam os elementos que sirvam de fontes de informação e referência.

Apresentamos alguns dos Centros existentes em Inglaterra e Estados Unidos que produzem também catálogos de referência.

— Audio-Visual Reference Centre

Oferece uma enorme colecção de audio-visuais produzidos por e para as universidades e escolas politécnicas. Tem uma publicação *Audio-visual material* que é uma lista de itens que inclui vários documentários dos programas de ensino na Grã-Bretanha.

— British Film Institute (BFI)

É a maior fonte de informação acerca de filmes do Reino Unido que publicou o *British National Film Catalogue (BNFC)* já referido.

— British Library of Wildlife Sounds (BLOWS)

Departamento dos National Sound Archives que regista os sons produzidos por todos os animais do mundo.

- British Universities Film and Video Council
(55 Greek Street, London W1V 5LR)
Departamento que tem como objectivo encorajar a produção/aplicação e estudo dos audio visuais e média para utilização no ensino de todos os níveis.
- Council for Educational Technology for the United Kingdom (CET)
Produziu um código de catalogação conhecido por LANCET
- Educational Foundation for Visual Aids (EFVA)
(Paxton Place, Gipsy Road, London SE 27 9SR)
Vende, mantém e repara o equipamento audiovisual através de centros regionais.
- Higher Education Learning Programmes Information Service Catalogue (HELPIS)
Oferece uma lista de itens elaborados em universidades e outros estabelecimentos de ensino superior, na Grã-Bretanha.
- National Audio-Visual Aids Library
Contém uma grande colecção de filmes sobre educação, para empréstimo.
- National Sound Archive
(29 Exhibition Road, London SW7)
Cuja função é preservar os registos sonoros de todas as espécies, países e períodos.
- Training and Educational Systems Testing Bureau
(Vauxhall School, Vauxhall School Street, London SE 11 SLG)
Elabora testes do equipamento destes materiais para definir normas de qualidade, segurança e maior facilidade de utilização.

Nos Estados Unidos pode-se referir a acção da Biblioteca do Congresso que dispõe de dois serviços dedicados a material não livro:

- Educational Products Information Exchange (EPIE) Institute
(475 Riverside Drive, New York, NY)
Este é o maior centro de informação relativo a material não livro sobre educação.
- National Information Center for Educational Media (NICEM)
(University of Southern California, University Park, Los Angeles, CA 90007)

Outras bibliotecas com importantes centros de material audio-visual que podem ser modelares neste sector:

- Bibliothèque Georges Duhamel
(Rue Brioussel Bourgeois 78200 Nantes-La-Jolie)
- Bibliothèque Musicale Gustav Mahler
(11 Gis, Rue Vézelay, 75008 Paris)
- Bibliothèque Publique d'Information
(Centre Georges Pompidou, 75197 Paris)
- Birmingham Public Libraries, Visual Aids Department
Possui um serviço de empréstimo para material não livro.
- Brighton Polytechnic
Exemplifica uma biblioteca com catálogos integrados.
- Centre de Documentation et d'Information Scientifique pour le Developement (CEDID)
(213, Rue de Lafayette, 75010 Paris)
- Centre for Information on Language Teaching and Research (CILT)
(20, Carlton House Terrace, London SW1Y 5AP)
- Documentation and Information Service on Education (CLEARED)
(UNESCO, 7, Place de Fontenoy, 75700 Paris)
- Documentation and Information Unit (IBE)
(IBE, Case Postale 199, 1211 Geneva 20)
- Dundee College Education
- FAO Photo Library
(Via delle Terme di Caracalla, 00100 Roma)
- Film Library, Central Library (ITU)
(Place des Nations, 1211 Geneva 20)

- Gateshead Public Library
- Inner London Education Central Library Resources Service, Centre for Learning Resources
(275 Kennington Lane, London SE 11 5QZ)
Fornecer referências bibliográficas e informação acerca de milhares de materiais.
- International Liaison Centre for Film and TV Schools (CILECT/TDC)
(UNESCO, 7, Place de Fontenoy, 75700 Paris)
- London Borough of Camden, Libraries and Art Departments
- Network for Exchange of Information and Documentation on Functional Literacy in Industrialized Countries
(Postfach 132153, Feld Grunnenstrasse 58, 2000 Hamburg 13)
- United Nations Photo Library
Photo Unit — Department of Public Information
(United Nations Plaza, New York, NY 10017)
- Visual Materials Library Department of Public Information — ONU
(United Nations Plaza, New York, NY 10017, USA)
- Wiltshire County Library, Children's Library Service